Lei nº 649, de 17 de julho de 2025.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, DO MUNICÍPIO DE CAMBUCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Murillo Silva Defanti, Prefeito Municipal de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

L
E
I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro, para o exercício de 2026, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Prioridades da Administração Municipal;
II - as Metas Fiscais e Riscos Fiscais;
III - a Estrutura dos Orçamentos;
IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2026, definidas e demonstradas na presente Lei, deverão ser o norte para a consecução dos programas e ações contidas no Plano Plurianual 2026/2029, observada a compatibilidade com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no caput deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I – provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
II – compromissos relativos ao serviço da dívida pública municipal;
III – despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração pública municipal;
IV – valores destinados a manutenção da educação básica, em ações e serviços públicos de saúde e destinados a ações de assistência social;
V – conservação e manutenção do patrimônio público.

§2º - As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2026, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no § 2º do art. 167 da CFRB/88.

§3º - O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 4º - O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços de saúde, em cumprimento do mínimo de aplicação dos recursos, determinados pela CFRB/88.

§ 5° - A elaboração e a aprovação da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, bem como sua execução, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta do resultado primário consolidado do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§6º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 7º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2026, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

II - DAS METAS FISCAIS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2026, estão identificados nos Demonstrativos I a XII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 577, de 15 de outubro de 2008-STN, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e suas atualizações.

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 5º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 3º desta Lei constituem-se dos seguintes:

Anexo I – Demonstrativo de despesas de caráter continuado;

Anexo II – Demonstrativo de prioridades e indicadores por programa;

Anexo III – Demonstrativo das Metas Fiscais;

Anexo IV - Demonstrativo das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo V – Demonstrativo das Metas Fiscais comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Anexo VI – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo VII–Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

Anexo VIII– Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Anexo IX – Demonstrativoda Projeção Atuarial do RPPS;

Anexo X– Demonstrativode Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Anexo XI–Demonstrativode Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Anexo XII–Demonstrativo de riscos Fiscais e Providências;

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS FISCAIS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo III- Metas Fiscais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2026 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2026, 2027 e 2028 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 577/2008 da STN, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e suas atualizações.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - As metas poderão ser revisadas para adequação ao Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, para tanto os anexos de metas deverão ser encaminhados em conjunto para apreciação legislativa.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 7º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo VI - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 8º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo VII - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 9º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VIII - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 577/2008-STN, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 bem como, o Demonstrativo IX – Projeção Atuarial do RPPS, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas, conforme disposto no Demonstrativo X – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 3° - As renúncias deverão ser amparadas por leis próprias, para sua aplicação.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 11 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, constantes das metas estabelecidas nesta lei, no Demonstrativo I – Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - O Demonstrativo XI - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

DOS RISCOS FISCAIS

Art. 12- O Art. 4º, § 3º, da LRF, estabelece que a lei de diretrizes orçamentárias contenha Anexos de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Conforme disposto no Demonstrativo XII, estão relacionados os riscos inerentes à Municipalidade e as providências a serem tomas caso ocorram.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 577/2008-STN, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e suas atualizações a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2026, 2027 e 2028.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2026, 2027 e 2028.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 - O orçamento para o exercício financeiro de 2026 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 18 - A Lei Orçamentária para 2026 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN SOF nº 20/2021, Portaria SOF n° 14.956/2021, e da Portaria STN n° 710/2021. e alterações posteriores, na qual deverão estar contidos os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e suas atualizações.

Art. 19 - Quanto ao conteúdo e forma da Proposta Orçamentária, esta deverá conter mensagem circunstanciada, projeto de Lei e os respectivos anexos da Lei Federal nº 4.320/64.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20 - O Orçamento para exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º, e 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 21 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2026 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 22 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 23 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado definidas no art. 17 da LC 101/00, em relação à Receita Corrente Líquida programada para 2021, poderão ser expandidas desde que não afetem as metas de resultados fiscais (art. 4º, § 1º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 24 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2025.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 25 - O Orçamento para o exercício de 2026 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% da Receita Corrente Líquida apurada no 1° semestre de 2025.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos na forma do art. 5°, inc. III da LRF, bem como, para atendimento ao disposto no Art. 91 do Decreto Lei nº 200/67, c/c Art.8 º da Portaria

Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021 e suas atualizações.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2026, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 26 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 27 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 28 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2026 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 29- No demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita estimada para o exercício de 2026, constante do Anexo Próprio desta Lei, será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 30 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço Órgão de Controle Interno do Município (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 31 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo do qual se faça previsão para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício financeiro de 2026, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no art. 75º da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 32 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 33 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 34 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2026 a preços correntes.

Art. 35- A Lei Orçamentária para o exercício de 2026 conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, por decreto, até o limite de 50% (cinquenta por cento)do orçamento, visando à perfeita adequação dos programas nela contidos. Estes créditos poderão ser efetuados através de transposição, remanejamento ou a transferência de recursos, entre categorias de programação, ou entre órgãos, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 36 - Durante a execução orçamentária de 2026, o Poder Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício em referência (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 37 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2026 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar o cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 38 - A Lei Orçamentária de 2026 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% da Receita Corrente Líquida apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 39 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 40 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2026, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2026.

Art. 42 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2026, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, os limites definidos no art. 20, inciso III da LRF.

Art. 43 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 44 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF c/c art. 169 da CF/88):

I - Vedação de concessão de vantagens a servidores, salvo as de caráter judicial e a prevista no inciso X do art. 37 da CF/88;

II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - redução de pelo menos vinte por cento servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - exoneração de servidores não estáveis.

Art. 45 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "3.1.90.34" - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 46- Fica assegurado conforme disposto na Constituição Federal em seu Art. 37, X parte final, segundo a redação dada pela Emenda Constitucional 19 de 4 de junho de 1998, aos servidores públicos revisão geral anual de remuneração e subsídio, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Parágrafo Único – A data base para revisão geral anual será janeiro de cada exercício financeiro.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 47- O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, de forma a ampliar e otimizar a arrecadação dos tributos de competência municipal.

Art. 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2026, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma de 1/12 avos mensal da proposta original no que se referir às despesas de custeio e de capital, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, no limite dos seus saldos por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55- Fica o Executivo Municipal autorizado no curso da execução orçamentária do exercício de 2026, remanejar, transpor ou transferir total ou parcialmente recursos orçamentários, nos termos do inciso VI do art. 167 da CF/88.

Art. 56- Fica o Executivo Municipal autorizado a atualizar as metas e objetivos constantes nas Diretrizes Orçamentárias quando do envio à Câmara Municipal do Projeto de Lei do Plano Plurianual, para adequação entre os dois instrumentos.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis.

Murillo Silva Defanti
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1,00

Especificação	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	118.066.000,00	116.897.029,70	11.806.600.	100,068	125.292.583,72	121.619.669,70	6.264.629.1	100,068	140.937.116,81	132.820.458,59	4.697.903.8	100,068
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	115.902.056,36	114.754.511,25	11.590.205.	98,234	122.996.189,41	119.390.593,49	6.149.809.4	98,234	138.353.985,51	130.386.091,46	4.611.799.5	98,234
Receitas Primárias Correntes	115.822.056,36	114.675.303,33	11.582.205.	98,166	122.911.292,76	119.308.185,56	6.145.564.6	98,166	138.258.488,34	130.296.094,03	4.608.616.2	98,166
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.756.584,26	7.679.786,40	775.658.42	6,574	8.231.349,25	7.990.049,75	411.567.46	6,574	9.259.148,45	8.725.908,20	308.638.28	6,574
Transferências Correntes	105.832.423,00	104.784.577,23	10.583.242.	89,699	112.310.213,95	109.017.874,15	5.615.510.6	89,699	126.333.716,44	119.058.077,33	4.211.123.8	89,699
Demais Receitas Primárias Correntes	2.233.049,10	2.210.939,70	223.304.91	1,893	2.369.729,56	2.300.261,66	118.486.47	1,893	2.665.623,45	2.512.108,50	88.854.115,	1,893
Receitas Primárias de Capital	80.000,00	79.207,92	8.000.000,0	0,068	84.896,65	82.407,93	4.244.832,5	0,068	95.497,17	89.997,43	3.183.239,0	0,068
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	118.066.000,00	116.897.029,70	11.806.600.	100,068	125.292.583,77	121.619.669,74	6.264.629.1	100,068	140.937.116,98	132.820.458,75	4.697.903.8	100,068
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	115.016.000,00	113.877.227,72	11.501.600.	97,483	122.055.899,37	118.477.867,76	6.102.794.9	97,483	137.296.287,21	129.389.306,68	4.576.542.9	97,483
Despesas Primárias Correntes	106.671.500,00	105.615.346,53	10.667.150.	90,410	113.200.649,20	109.882.206,56	5.660.032.4	90,41	127.335.335,06	120.002.012,10	4.244.511.1	90,41
Pessoal e Encargos Sociais	58.914.150,46	58.330.842,04	5.891.415.0	49,933	62.520.167,77	60.687.408,05	3.126.008.3	49,933	70.326.686.04	66.276.527.45	2.344.222.8	49,933
Outras Despesas Correntes	47.757.349,54	47.284.504,50	4.775.734.9	40,477	50.680.481,43	49.194.798,51	2.534.024.0	40,477	57.008.649,02	53.725.484,65	1.900.288.3	40,477
Despesas Primárias de Capital	6.844.500,00	6.776.732,67	684.450.00	5,801	7.263.438,17	7.050.512,69	363.171.90	5,801	8.170.380,14	7.699.842,75	272.346.00	5,801
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00	—	—	0,00	0,00	—	—
Receita Total (COM FONTES RPPS)	18.372.000,00	18.190.099,01	1.837.200.0	15,571	19.496.513,40	18.924.979,03	974.825.67	15,571	21.930.926,07	20.667.910,08	731.030.86	15,571
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	13.712.000,00	13.576.237,62	1.371.200.0	11,622	14.551.284,12	14.124.717,65	727.564.20	11,622	16.368.215,67	15.425.559,72	545.607.18	11,622
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	18.372.000,00	18.190.099,01	1.837.200.0	15,571	19.496.513,38	18.924.979,01	974.825.66	15,571	21.930.926,03	20.667.910,05	731.030.86	15,571
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	18.172.000,00	17.992.079,21	1.817.200.0	15,402	19.284.271,78	18.718.959,21	964.213.58	15,402	21.692.183,09	20.442.916,46	723.072.76	15,402
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	886.056,36	877.283,53	88.605.636.	0,751	940.290,04	912.725,73	47.014.502.	0,751	1.057.698,30	996.784,78	35.256.610.	0,751
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(3.573.943,64)	(3.538.558,06)	—	—	(3.792.697,62)	(3.681.515,83)	—	—	(4.266.269,12)	(4.020.571,96)	—	—
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	2.180.148,64	2.158.563,01	218.014.86	1,848	2.313.591,18	2.245.768,96	115.679.55	1,848	2.602.475,44	2.452.597,22	86.749.181,	1,848
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	650.000,00	643.564,36	65.000.000,	0,551	689.785,20	669.564,36	34.489.260.	0,551	775.914,54	731.229,13	25.863.818,	0,551
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.600.000,00	8.514.851,49	860.000.00	7,289	8.560.000,00	8.309.066,20	428.000.00	6,837	8.210.000,00	7.737.180,88	273.666.66	5,829
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(38.180.000,00)	(37.801.980,20)	—	—	(40.976.000,00)	(39.774.801,01)	—	—	(39.650.200,00)	(37.366.719,76)	—	—
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	5.611.800,00	5.556.237,62	561.180.00	4,756	2.796.000,00	2.714.036,11	139.800.00	2,233	(1.325.800,00)	(1.249.446,33)	—	—

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 12/06/2025, às 10:10:06.
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.
Nota(s) Explicativa(s):

R$ 1,00

Parâmetros	2026	2027	2028
PIB nominal	1,00	2,00	3,00
Receita Corrente Líquida - RCL	117.986.000,00	125.207.687,07	140.841.619,64

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	100.843.327,45	2.016.866.54	89,25	116.363.039,75	---	101,08	15.519.712,30	15,39
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	98.233.327,45	1.964.666.54	86,94	110.364.695,54	---	95,87	12.131.368,09	12,35
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	100.843.327,45	2.016.866.54	89,25	140.299.292,40	---	121,87	39.455.964,95	39,13
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	99.493.327,45	1.989.866.54	88,06	137.840.821,84	---	119,74	38.347.494,39	38,54
Receita Total (COM FONTES RPPS)	14.960.000,00	299.200.000,	13,24	10.678.394,40	---	9,28	(4.281.605,60)	(28,62)
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	13.760.000,00	275.200.000,	12,18	8.176.606,80	---	7,10	(5.583.393,20)	(40,58)
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	14.960.000,00	299.200.000,	13,24	14.691.468,55	---	12,76	(268.531,45)	(1,79)
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	14.298.150,00	285.963.000,	12,65	14.691.468,55	---	12,76	393.318,55	2,75
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(1.260.000,00)	(25.200.000,	(1,12)	(27.476.126,30)	---	(23,87)	(26.216.126,30)	2.080,64
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(1.798.150,00)	(35.963.000,	(1,59)	(33.990.988,05)	---	(29,53)	(32.192.838,05)	1.790,33
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.465.790,87	189.315.817,	8,38	9.465.790,86	---	8,22	(0,01)	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(44.035.730,13)	(880.714.602	(38,98)	(39.279.810,68)	---	(34,12)	4.755.919,45	(10,80)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	10.340.882,54	206.817.650,	9,15	(58.453.255,92)	---	(50,78)	(68.794.138,46)	(665,26)

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 12/06/2025, às 10:19:16.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Nota(s) Explicativa(s):

R$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB nominal	5,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	112.984.200,00	115.119.101,46

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	95.310.582,66	100.843.327,45	5,80	110.407.081,80	9,48	118.066.000,00	6,94	125.292.583,72	6,12	140.937.116,81	12,49
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	94.511.195,06	98.233.327,45	3,94	108.044.581,80	9,99	115.902.056,36	7,27	122.996.189,41	4,18	138.353.985,51	12,49
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	95.310.582,66	100.843.327,45	5,80	110.407.081,80	9,48	118.066.000,00	6,94	125.292.583,77	6,12	140.937.116,98	12,49
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	94.510.582,66	99.493.327,45	5,27	108.906.081,80	9,46	115.016.000,00	5,61	122.055.899,37	6,12	137.296.287,21	12,49
Receita Total (COM FONTES RPPS)	13.164.000,00	14.960.000,00	13,64	14.404.518,20	(3,71)	18.372.000,00	27,54	19.496.513,40	6,12	21.930.926,07	12,49
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	11.982.798,02	13.760.000,00	14,83	12.404.518,20	(9,85)	13.712.000,00	10,54	14.551.284,12	(20,80)	16.368.215,67	12,49
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	13.164.000,00	14.960.000,00	13,64	14.404.518,20	(3,71)	18.372.000,00	27,54	19.496.513,38	6,12	21.930.926,03	12,49
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	12.764.000,00	14.298.150,00	12,02	14.204.518,20	(0,65)	18.172.000,00	27,93	19.284.271,78	6,12	21.692.183,09	12,49
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	612,40	(1.260.000,00)	(205.847,88)	(861.500,00)	(31,63)	886.056,36	(202,85)	940.290,04	6,12	1.057.698,30	12,49
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(780.589,58)	(1.798.150,00)	130,36	(2.661.500,00)	48,01	(3.573.943,64)	34,28	(3.792.697,62)	6,12	(4.266.269,12)	12,49
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.825.452,41	9.465.790,87	(12,56)	12.000.000,00	26,77	8.600.000,00	(28,33)	8.560.000,00	(0,47)	8.210.000,00	(4,09)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(33.694.847,59)	(44.035.730,13)	30,69	(32.568.200,00)	(26,04)	(38.180.000,00)	17,23	(40.976.000,00)	7,32	(39.650.200,00)	(3,24)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	3.267.543,87	10.340.882,54	216,47	(11.467.530,13)	(210,90)	5.611.800,00	(148,94)	2.796.000,00	(50,18)	(1.325.800,00)	(147,42)

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	95.310.582,66	100.843.327,45	5,80	110.407.081,80	9,48	116.897.029,70	5,88	121.619.669,70	4,04	132.820.458,59	9,21
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	94.511.195,06	98.233.327,45	3,94	108.044.581,80	9,99	114.754.511,25	6,21	119.390.593,49	4,04	130.386.091,46	9,21
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	95.310.582,66	100.843.327,45	5,80	110.407.081,80	9,48	116.897.029,70	5,88	121.619.669,74	4,04	132.820.458,75	9,21
Despesa Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	94.510.582,66	99.493.327,45	5,27	108.906.081,80	9,46	113.877.227,72	4,56	118.477.867,76	4,04	129.389.306,68	9,21
Receita Total (COM FONTES RPPS)	13.164.000,00	14.960.000,00	13,64	14.404.518,20	(3,71)	18.190.099,01	26,28	18.924.979,03	4,04	20.667.910,08	9,21
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	11.982.798,02	13.760.000,00	14,83	12.404.518,20	(9,85)	13.576.237,62	9,45	14.124.717,65	4,04	15.425.559,72	9,21
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	13.164.000,00	14.960.000,00	13,64	14.404.518,20	(3,71)	18.190.099,01	26,28	18.924.979,01	4,04	20.667.910,05	9,21
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	12.764.000,00	14.298.150,00	(205.847,88)	14.204.518,20	(31,63)	17.992.079,21	(202,85)	18.718.959,21	6,12	20.442.916,46	12,49
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	612,40	(1.260.000,00)	(205.847,88)	(861.500,00)	(31,63)	877.283,53	(202,85)	912.725,73	6,12	996.784,78	12,49
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	(780.589,58)	(1.798.150,00)	(205.847,88)	(2.661.500,00)	(31,63)	(3.538.558,06)	(202,85)	(3.681.515,83)	6,12	(4.020.571,96)	12,49
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.825.452,41	9.465.790,87	(12,56)	12.000.000,00	26,77	8.514.851,49	(29,04)	8.309.066,20	(2,42)	7.737.180,88	(6,88)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(33.694.847,59)	(44.035.730,13)	30,69	(32.568.200,00)	(26,04)	(37.801.980,20)	(415,02)	(39.774.801,01)	(121,98)	(37.366.719,76)	(549,71)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	3.267.543,87	10.340.882,54	216,47	(11.467.530,13)	(210,90)	5.556.237,62	(148,45)	2.714.036,11	(51,15)	(1.249.446,33)	(146,04)

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2023	2024	2025	2026	2027	2028
0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	3,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 11/06/2025, às 19:18:53.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Nota(s) Explicativa(s):

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2026

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	(51.460.184,56)	100,00	(705.190.722,74)	100,00	(110.016.987,03)	100,00
TOTAL	(51.460.184,56)	100,00	(705.190.722,74)	100,00	(110.016.987,03)	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(239.203.866,19)	100,00	(828.432.841,81)	100,00	(212.804.162,02)	100,00
TOTAL	(239.203.866,19)	100,00	(828.432.841,81)	100,00	(212.804.162,02)	100,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 11/06/2025, às 19:24:41.
Nota(s) Explicativa(s):

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º,§ 2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = (Ia - IId) + (IIIh)	2023 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2022 (i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 11/06/2025, às 19:27:08.

Nota(s) Explicativa(s):

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	8.136.627,44	10.398.005,93	8.743.778,68
Receita de Contribuições dos Segurados	4.733.219,29	5.526.458,29	5.103.673,98
Ativo	4.733.219,29	5.526.458,29	5.102.749,79
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	924,19
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	1.119.743,93
Ativo	0,00	0,00	1.119.743,93
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.403.408,15	4.871.547,64	2.501.787,60
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	3.403.408,15	4.871.547,64	2.501.787,60
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	18.573,17
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	18.573,17
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	8.136.627,44	10.398.005,93	8.743.778,68

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	9.974.343,49	9.085.885,89	10.070.048,04
Aposentadorias	8.808.623,89	9.085.885,89	10.070.048,04
Pensões por Morte	1.165.719,60	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	9.974.343,49	9.085.885,89	10.070.048,04

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-1.837.716,05	1.312.120,04	-1.326.269,36

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	27.559.819,72	24.404.530,37
Outros Bens e Direitos	0,00	2.176.986,44	2.176.986,44

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2026

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	0,00	383.926,70	439.817,21
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	383.926,70	439.817,21

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	0,00	443.704,26	564.970,44
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	170.888,84	157.933,30
Demais Despesas Correntes	0,00	272.815,42	407.037,14
Despesas de Capital (XIV)	0,00	6.810,00	8.877,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	450.514,26	573.847,44
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	0,00	-66.587,56	-134.030,23

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	221.350,79	380.659,14	403.510,59
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	221.350,79	380.659,14	403.510,59

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	221.350,79	380.659,14	403.510,59

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2023	---	---	---	0,00
2024	---	---	---	0,00
2025	6.614.650,78	16.772.555,06	(10.157.904,28)	(10.157.904,28)
2026	5.260.232,11	17.997.353,33	(12.737.121,22)	(22.895.025,50)
2027	4.474.683,69	18.746.505,27	(14.271.821,58)	(37.166.847,08)
2028	4.065.071,88	19.560.503,42	(15.495.431,54)	(52.662.278,62)
2029	3.942.330,62	20.384.447,41	(16.442.116,79)	(69.104.395,41)
2030	3.879.608,37	20.648.177,32	(16.768.568,95)	(85.872.964,36)
2031	3.755.892,91	21.254.072,53	(17.498.179,62)	(103.371.143,98)
2032	3.612.369,87	21.816.598,35	(18.204.228,48)	(121.575.372,46)
2033	3.530.412,75	22.421.491,32	(18.891.078,57)	(140.466.451,03)
2034	3.444.749,59	22.694.020,04	(19.249.270,45)	(159.715.721,48)
2035	2.681.548,55	22.657.540,08	(19.975.991,53)	(179.691.713,01)
2036	2.560.587,33	22.691.421,26	(20.130.833,93)	(199.822.546,94)

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

2037	2.432.610,56	22.752.719,24	(20.320.108,68)	(220.142.655,62)
2038	2.304.558,79	22.752.644,60	(20.448.085,81)	(240.590.741,43)
2039	2.178.917,78	22.665.301,82	(20.486.384,04)	(261.077.125,47)
2040	2.065.818,99	22.473.106,96	(20.407.287,97)	(281.484.413,44)
2041	1.932.910,56	22.349.393,20	(20.416.482,64)	(301.900.896,08)
2042	1.831.376,49	21.996.035,56	(20.164.659,07)	(322.065.555,15)
2043	1.695.372,41	21.847.866,52	(20.152.494,11)	(342.218.049,26)
2044	1.599.204,63	21.369.605,21	(19.770.400,58)	(361.988.449,84)
2045	1.474.767,61	21.066.642,54	(19.591.874,93)	(381.580.324,77)
2046	1.345.039,87	20.749.884,80	(19.404.844,93)	(400.985.169,70)
2047	1.217.648,50	20.409.026,34	(19.191.377,84)	(420.176.547,54)
2048	1.112.224,84	19.907.976,09	(18.795.751,25)	(438.972.298,79)
2049	1.004.254,86	19.414.459,09	(18.410.204,23)	(457.382.503,02)
2050	926.226,22	18.743.340,11	(17.817.113,89)	(475.199.616,91)
2051	845.412,85	18.088.924,84	(17.243.511,99)	(492.443.128,90)
2052	766.047,29	17.437.636,86	(16.671.589,57)	(509.114.718,47)
2053	701.591,53	16.711.856,69	(16.010.265,16)	(525.124.983,63)
2054	655.737,52	15.902.185,65	(15.246.448,13)	(540.371.431,76)
2055	603.508,59	15.146.283,30	(14.542.774,71)	(554.914.206,47)
2056	568.708,38	14.320.525,97	(13.751.817,59)	(568.666.024,06)
2057	511.523,43	13.644.028,38	(13.132.504,95)	(581.798.529,01)
2058	468.752,64	12.919.230,85	(12.450.478,21)	(594.249.007,22)
2059	432.883,30	12.189.887,45	(11.757.004,15)	(606.006.011,37)
2060	403.273,29	11.460.009,11	(11.056.735,82)	(617.062.747,19)
2061	374.737,97	10.756.667,80	(10.381.929,83)	(627.444.677,02)
2062	347.216,46	10.079.753,68	(9.732.537,22)	(637.177.214,24)
2063	320.672,40	9.428.638,70	(9.107.966,30)	(646.285.180,54)
2064	295.103,62	8.802.902,54	(8.507.798,92)	(654.792.979,46)
2065	270.539,59	8.202.300,91	(7.931.761,32)	(662.724.740,78)
2066	247.030,84	7.626.653,87	(7.379.623,03)	(670.104.363,81)
2067	224.630,20	7.075.735,33	(6.851.105,13)	(676.955.468,94)
2068	203.377,83	6.549.108,04	(6.345.730,21)	(683.301.199,15)
2069	183.302,01	6.046.167,98	(5.862.865,97)	(689.164.065,12)
2070	164.413,28	5.566.103,03	(5.401.689,75)	(694.565.754,87)
2071	146.711,20	5.108.159,76	(4.961.448,56)	(699.527.203,43)
2072	130.187,74	4.671.446,95	(4.541.259,21)	(704.068.462,64)
2073	114.834,30	4.255.398,84	(4.140.564,54)	(708.209.027,18)
2074	100.643,14	3.859.554,90	(3.758.911,76)	(711.967.938,94)
2075	87.605,28	3.483.861,07	(3.396.255,79)	(715.364.194,73)
2076	75.704,70	3.128.286,87	(3.052.582,17)	(718.416.776,90)
2077	64.918,37	2.792.939,41	(2.728.021,04)	(721.144.797,94)
2078	55.217,74	2.478.031,02	(2.422.813,28)	(723.567.611,22)
2079	46.567,69	2.183.825,33	(2.137.257,64)	(725.704.868,86)
2080	38.928,29	1.910.637,59	(1.871.709,30)	(727.576.578,16)
2081	32.254,60	1.658.888,44	(1.626.633,84)	(729.203.212,00)
2082	26.490,48	1.428.963,22	(1.402.472,74)	(730.605.684,74)
2083	21.565,45	1.220.986,84	(1.199.421,39)	(731.805.106,13)
2084	17.396,29	1.034.614,14	(1.017.217,85)	(732.822.323,98)
2085	13.896,05	869.161,29	(855.265,24)	(733.677.589,22)
2086	10.982,47	723.608,86	(712.626,39)	(734.390.215,61)
2087	8.580,85	596.802,71	(588.221,86)	(734.978.437,47)
2088	6.622,19	486.633,62	(480.011,43)	(735.458.448,90)
2089	5.041,65	392.181,69	(387.140,04)	(735.845.588,94)
2090	3.780,55	311.767,11	(307.986,56)	(736.153.575,50)
2091	2.788,12	244.048,43	(241.260,31)	(736.394.835,81)
2092	2.021,35	187.764,18	(185.742,83)	(736.580.578,64)

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

2026

2093	1.442,23	141.692,72	(140.250,49)	(736.720.829,13)
2094	1.014,72	104.602,65	(103.587,93)	(736.824.417,06)
2095	705,18	75.262,46	(74.557,28)	(736.898.974,34)
2096	484,77	52.528,20	(52.043,43)	(736.951.017,77)
2097	330,88	35.384,40	(35.053,52)	(736.986.071,29)

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 13/06/2025, às 08:38:06.

Nota(s) Explicativa(s):

NOTA:

1 Como a portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (6º bimestre).

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2026

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Refis	Secretaria Municipal de Fazenda	75.000,00	60.000,00	80.000,00	Recadastramento de IPTU, Incremento no recebimento da Dívida Ativa
TOTAL			75.000,00	60.000,00	80.000,00	

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 11/06/2025, às 20:19:58.
Nota(s) Explicativa(s):

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	4.350.000,00
(-) Transferências Constitucionais	---
(-) Transferências ao FUNDEB	520.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.830.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	---
Margem Bruta (III) = (I + II)	3.830.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.140.000,00
Novas DOCC	1.140.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.690.000,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUCI. Emissão: 11/06/2025, às 20:20:35.

Nota(s) Explicativa(s):

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

2026

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	93.173.007,66	100.603.925,45	110.333.679,80	117.986.000,00	125.207.687,07	140.841.619,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.768.695,92	4.257.000,00	5.508.000,00	7.756.584,26	8.231.349,25	9.259.148,45
IPTU	511.119,45	680.000,00	766.000,00	937.222,56	994.588,08	1.118.776,32
ISS	735.000,00	1.690.000,00	2.095.000,00	2.896.306,50	3.073.583,62	3.457.363,57
ITBI	220.000,00	172.000,00	52.000,00	117.040,20	124.203,99	139.712,60
IRRF	1.285.576,47	1.503.000,00	2.100.000,00	3.386.628,00	3.593.916,72	4.042.667,55
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.000,00	212.000,00	495.000,00	419.387,00	445.056,84	500.628,41
Contribuições	1.840.000,00	1.500.000,00	1.440.000,00	1.300.000,00	1.379.570,40	1.551.829,08
Receita Patrimonial	1.866.053,60	2.660.000,00	2.412.500,00	2.180.148,64	2.313.591,18	2.602.475,44
Aplicações Financeiras (II)	799.387,60	2.610.000,00	2.362.500,00	2.163.943,64	2.296.394,31	2.583.131,30
Outras Receitas Patrimoniais	1.066.666,00	50.000,00	50.000,00	16.205,00	17.196,87	19.344,14
Transferências Correntes	86.363.258,14	91.773.075,30	100.269.329,65	105.832.423,00	112.310.213,95	126.333.716,44
Cota-Parte do FPM	20.082.886,12	20.800.000,00	20.200.000,00	22.460.000,00	23.834.731,68	26.810.831,60
Cota-Parte do ICMS	23.052.815,93	24.000.000,00	21.600.000,00	24.000.000,00	25.468.992,00	28.649.152,22
Cota-Parte do IPVA	1.320.000,00	1.440.000,00	1.600.000,00	1.760.000,00	1.867.726,08	2.100.937,83
Cota-Parte do ITR	8.000,00	16.000,00	44.000,00	28.000,00	29.713,82	33.424,00
Transferências da LC 61/1989	624.000,00	800.000,00	960.000,00	1.040.000,00	1.103.656,32	1.241.463,26
Transferências do FUNDEB	9.364.317,42	9.054.300,00	11.511.781,18	11.411.320,00	12.109.784,07	13.621.860,16
Outras Transferências Correntes	31.911.238,67	35.662.775,30	44.353.548,47	45.133.103,00	47.895.609,98	53.876.047,37
Demais Receitas Correntes	335.000,00	413.850,15	703.850,15	916.844,10	972.962,29	1.094.450,23
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	335.000,00	413.850,15	703.850,15	916.844,10	972.962,29	1.094.450,23
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	92.373.620,06	97.993.925,45	107.971.179,80	115.822.056,36	122.911.292,76	138.258.488,34
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	11.982.798,02	13.760.000,00	12.404.518,20	13.712.000,00	14.551.284,12	16.368.215,67
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.181.201,98	1.200.000,00	2.000.000,00	3.000.000,00	3.183.624,00	3.581.144,03

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

2026

RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.137.575,00	239.402,00	93.402,00	80.000,00	84.896,65	95.497,17
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.137.575,00	239.402,00	93.402,00	80.000,00	84.896,65	95.497,17
Convênios	35.000,00	150.000,00	0,00	10.000,00	10.612,08	11.937,15
Outras Transferências de Capital	2.102.575,00	89.402,00	93.402,00	70.000,00	74.284,57	83.560,02
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.137.575,00	239.402,00	93.402,00	80.000,00	84.896,65	95.497,17
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	1.660.000,00	1.761.605,28	1.981.566,37
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	106.493.993,08	111.993.327,45	120.469.100,00	129.614.056,36	137.547.473,53	154.722.201,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	94.511.195,06	98.233.327,45	108.064.581,80	115.902.056,36	122.996.189,41	138.353.985,51

DESPESAS PRIMÁRIAS	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	85.106.858,15	89.628.613,25	100.023.796,59	107.321.500,00	113.890.434,40	128.111.249,60
Pessoal e Encargos Sociais	43.842.293,56	50.507.813,27	58.415.642,90	58.914.150,46	62.520.167,77	70.326.686,04
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	100.000,00	150.000,00	1.000,00	650.000,00	689.785,20	775.914,54
Outras Despesas Correntes	41.164.564,59	38.970.799,98	41.607.153,69	47.757.349,54	50.680.481,43	57.008.649,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	85.006.858,15	89.478.613,25	100.022.796,59	106.671.500,00	113.200.649,20	127.335.335,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	12.744.000,00	14.268.150,00	14.199.518,20	18.142.000,00	19.252.435,54	21.656.371,65
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.903.724,51	9.914.714,20	9.083.285,21	9.244.500,00	9.810.337,37	11.035.295,37
Investimentos	8.203.724,51	8.714.714,20	7.583.285,21	6.844.500,00	7.263.438,17	8.170.380,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

2026

Amortização da Dívida (XXVII)	700.000,00	1.200.000,00	1.500.000,00	2.400.000,00	2.546.899,20	2.864.915,23
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	8.203.724,51	8.714.714,20	7.583.285,21	6.844.500,00	7.263.438,17	8.170.380,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.500.000,00	1.591.812,00	1.790.572,01
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	20.000,00	30.000,00	5.000,00	30.000,00	31.836,24	35.811,44
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	107.274.582,66	113.791.477,45	123.110.600,00	133.188.000,00	141.340.171,15	158.988.470,30
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	94.510.582,66	99.493.327,45	108.906.081,80	115.016.000,00	122.055.899,37	137.296.287,21
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVI - XXXII)	**(780.589,58)**	**(1.798.150,00)**	**(2.641.500,00)**	**(3.573.943,64)**	**(3.792.697,62)**	**(4.266.269,12)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVII -XXXIII)	**612,40**	**(1.260.000,00)**	**(841.500,00)**	**886.056,36**	**940.290,04**	**1.057.698,30**

JUROS NOMINAIS	VALOR INCORRIDO					
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.866.053,60	2.660.000,00	2.412.500,00	2.180.148,64	2.313.591,18	2.602.475,44
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	100.000,00	150.000,00	1.000,00	650.000,00	689.785,20	775.914,54
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**1.766.666,00**	**1.250.000,00**	**1.570.000,00**	**2.416.205,00**	**2.564.096,02**	**2.884.259,20**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	VALOR INCORRIDO					
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.825.452,41	9.465.790,87	12.000.000,00	8.600.000,00	8.560.000,00	8.210.000,00
DEDUÇÕES (XL)	- 44.520.300,00	53.501.521,00	44.568.200,00	46.780.000,00	49.536.000,00	47.860.200,00
Ativo Disponível	44.520.300,00	53.501.521,00	44.568.200,00	46.780.000,00	49.536.000,00	47.860.200,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(33.694.847,59)	(44.035.730,13)	(32.568.200,00)	(38.180.000,00)	(40.976.000,00)	(39.650.200,00)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**3.267.543,87**	**10.340.882,54**	**(11.467.530,13)**	**5.611.800,00**	**2.796.000,00**	**(1.325.800,00)**

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS - TOTAL DAS DESPESAS

2026

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R$ 1,00		
	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	121.732.500,00	129.183.502,89	145.313.871,81
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	72.807.150,46	77.263.530,51	86.910.964,06
APLICAÇÕES DIRETAS	72.807.150,46	77.263.530,51	86.910.964,06
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS	13.300.000,00	14.114.066,40	15.876.405,19
PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	4.128.874,00	4.381.594,12	4.928.697,49
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	8.058.500,00	8.551.744,67	9.619.549,75
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	5.000,00	5.306,04	5.968,57
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	43.073.376,46	45.709.811,68	51.417.321,66
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.457.400,00	3.669.020,53	4.127.149,09
SENTENÇAS JUDICIAIS	503.000,00	533.787,62	600.438,48
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.000,00	1.061,21	1.193,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	280.000,00	297.138,24	334.240,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	650.000,00	689.785,20	775.914,54
APLICAÇÕES DIRETAS	650.000,00	689.785,20	775.914,54
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	650.000,00	689.785,20	775.914,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.275.349,54	51.230.187,18	57.626.993,21
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	10.000,00	10.612,08	11.937,15
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.000,00	10.612,08	11.937,15
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	215.000,00	228.159,72	256.648,64
CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	106.120,80	119.371,46
SUBVENÇÕES SOCIAIS	115.000,00	122.038,92	137.277,18
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	100.000,00	106.120,80	119.371,46
CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	106.120,80	119.371,46
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO	40.000,00	42.448,32	47.748,59
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	40.000,00	42.448,32	47.748,59
APLICAÇÕES DIRETAS	47.910.349,54	50.842.846,26	57.191.287,37
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	162.000,00	171.915,73	193.381,83
DIÁRIAS - CIVIL	1.026.400,00	1.089.223,89	1.225.228,72
MATERIAL DE CONSUMO	10.774.803,64	11.434.307,82	12.862.041,21
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	80.000,00	84.896,64	95.497,18
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.900.284,80	3.077.805,43	3.462.112,54
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	110.000,00	116.732,88	131.308,61
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE	2.000.000,00	2.122.416,00	2.387.429,35
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	648.000,00	687.662,79	773.527,12
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.000,00	10.612,08	11.937,15
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.614.661,10	25.060.067,27	28.189.167,52
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	4.225.000,00	4.483.603,80	5.043.444,45
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	840.000,00	891.414,72	1.002.720,33
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	72.000,00	76.406,98	85.947,46
SENTENÇAS JUDICIAIS	1.420.200,00	1.507.127,60	1.695.313,59
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.000,00	4.244,84	4.774,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.000,00	24.407,79	27.455,44
DESPESAS DE CAPITAL (II)	9.274.500,00	9.842.173,61	11.071.106,81
INVESTIMENTOS	6.874.500,00	7.295.274,41	8.206.191,58
APLICAÇÕES DIRETAS	6.874.500,00	7.295.274,41	8.206.191,58
OBRAS E INSTALAÇÕES	2.349.000,00	2.492.777,60	2.804.035,79
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.465.500,00	4.738.824,33	5.330.532,91
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	60.000,00	63.672,48	71.622,88
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO II - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS - TOTAL DAS DESPESAS

2026

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R$ 1,00		
	2026	2027	2028
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.400.000,00	2.546.899,20	2.864.915,23
APLICAÇÕES DIRETAS	2.400.000,00	2.546.899,20	2.864.915,23
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.400.000,00	2.546.899,20	2.864.915,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	1.700.000,00	1.804.053,60	2.029.314,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	1.700.000,00	1.804.053,60	2.029.314,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	1.700.000,00	1.804.053,60	2.029.314,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS	1.700.000,00	1.804.053,60	2.029.314,95
Total Geral:	**132.707.000,00**	**140.829.730,10**	**158.414.293,57**

Murillo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci

MUNICIPIO DE CAMBUCI - RJ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO V - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O MONTANTE DA DÍVIDA

2026

Especificação	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.825.452,41	9.465.790,87	12.000.000,00	8.600.000,00	8.560.000,00	8.210.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	10.825.452,41	9.465.790,87	12.000.000,00	8.600.000,00	8.560.000,00	8.210.000,00
DEDUÇÕES (II)	44.520.300,00	53.501.521,00	44.568.200,00	46.780.000,00	49.536.000,00	47.860.200,00
ATIVO DISPONÍVEL	44.520.300,00	53.501.521,00	44.568.200,00	46.780.000,00	49.536.000,00	47.860.200,00
DCL (III) = (I-II)	(33.694.847,59)	(44.035.730,13)	(32.568.200,00)	(38.180.000,00)	(40.976.000,00)	(39.650.200,00)

Murílo Silva Defanti
Prefeito de Cambuci